

SUMÁRIO



POLÍCIA FEDERAL 300 Questões Comentadas PF Administrativo

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	28
QUESTÕES COMENTADAS	29

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	12
QUESTÕES COMENTADAS	13

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	11
QUESTÕES COMENTADAS	12

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	12
QUESTÕES COMENTADAS	12

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14
	15

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	13
QUESTÕES COMENTADAS	14

SUMÁRIO

**1. (2024)**

Preconceito e discriminação são termos próximos. Por vezes, juridicamente, parecem até a mesma coisa, como se depreende do texto da Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, complementada pela Lei n.º 9.459, de 15 de maio de 1997: “Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Mesmo assim, o preconceito pode ser definido como uma ideia de distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, sexo, religião, origem social ou geográfica etc.; já a discriminação diz respeito à ação decorrente do preconceito. O preconceito é uma opinião; a discriminação, um comportamento real e efetivo.

Sendo um pensamento, o preconceito, a rigor, não é crime. Quando se torna uma ação concreta ou uma afirmação pública, passa a ser discriminação e, a partir daí, é alvo da lei. O preconceito é considerado por nós a matriz que origina o ato discriminatório. Sem preconceito, não existiria discriminação. Ausente de sua expressão concreta discriminatória, o preconceito seria apenas uma fantasmagoria psíquica.

Leandro Karnal e Luiz Estevam

Preconceito: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2023 (com adaptações)

Em referência às ideias veiculadas no texto apresentado e a seus aspectos linguísticos, julgue o item seguinte. Depreende-se do texto que, legalmente, o preconceito é tipificado como crime.

() CERTO

() ERRADO

2. (2024)**Texto CB1A1-I**

A emergência de uma grande variedade de plataformas digitais, desde o final da década de 1990, provocou uma mudança econômica radical e uma reorganização de mercados e arranjos de trabalho. A economia de plataforma não está apenas mudando a forma como o trabalho é realizado e remunerado. Os mercados de trabalho também estão se transformando drasticamente, levando a uma situação em que o “emprego padrão” é cada vez mais suplementado ou substituído por trabalho temporário “fora do padrão”, mediado por plataformas. Em um contexto de crescente instabilidade macroeconômica, de desregulamentação das relações de trabalho — em função do impacto disruptivo de tecnologias digitais na intermediação dessas relações —, verifica-se a emergência de novas formas de emprego “fora do padrão”, que

reforçam diversos tipos de “flexibilidade” — temporal, espacial, gerencial e funcional, entre outras. Grande parte dessas novas formas de emprego está vinculada à mediação de plataformas digitais, que conectam ofertantes e demandantes de trabalho.

As plataformas digitais facilitam a articulação entre ofertantes e demandantes de trabalho que, de outra forma, poderiam ter dificuldades para interagir entre si, tornando a realização de transações mais eficiente do que seria possível em relacionamentos bilaterais entre as partes, fornecendo infraestrutura e regras para sua realização. No âmbito dessas plataformas, a correspondência (*matching*) entre ofertantes e demandantes de trabalho pode ser feita de forma eficaz, por exemplo, por meio de algoritmos que diminuem a quantidade de tempo utilizado para encontrar trabalhadores adequados para tarefas específicas, além de oferecer a base para o controle e gerenciamento dessas tarefas.

**1. (2024)**

P: “Como Carlos enfrentou resistência dos produtores locais, articulou e negociou o fornecimento com produtores de outros estados.” Considerando a proposição P precedente, julgue o próximo item.

A negação de P pode ser corretamente expressa por “Carlos enfrentou resistência dos produtores locais, mas não negociou ou não articulou o fornecimento com produtores de outros estados.”.

- CERTO
 ERRADO

2. (2024)

Um astronauta, após sofrer um acidente e acabar sozinho em um planeta distante, apresentou para si o seguinte argumento:

P1: Eu não tenho meios para contatar socorro.

P2: Mesmo que tivesse, levaria 4 anos para o socorro conseguir chegar aqui.

P3: Se o oxigenador estragar antes de chegar o socorro, eu sufoco.

P4: Se o reciclador de água estragar antes de chegar o socorro, eu morro de sede.

P5: Se o habitador artificial se romper antes de chegar o socorro, eu implodo.

P6: Se nada disso acontecer, a comida acabará. C: Morrerei aqui.

Com base na situação hipotética apresentada, considerando que *P1*, *P2*, ..., *P6* sejam premissas e C, conclusão, julgue o item seguinte.

A negação de *P4* pode ser corretamente expressa por “O reciclador de água estragou antes de chegar o socorro, mas eu não morri de sede”.

- CERTO
 ERRADO

3. (2024)

P: “Se não consigo vencê-lo, me juntarei a ele.”

Julgue o item seguinte, relativo à proposição P, acima apresentada.

A proposição P é equivalente a “Se não me juntar a ele, conseguirei vencê-lo.”.

- CERTO
 ERRADO

**1. 2024**

No que diz respeito a agentes públicos, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a legislação pertinente, a licença-paternidade do servidor público federal tem duração máxima de 15 dias.

- CERTO
 ERRADO

2. 2024

À luz da Lei n.º 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e da Lei n.º 9.784/1999, que dispõe acerca do processo administrativo federal, julgue o item que se segue.

No que se refere ao direito de petição, cabe pedido de reconsideração contra a primeira decisão que tenha indeferido o requerimento do servidor público e, caso esse pedido também seja indeferido, caberá recurso do indeferimento do pedido de reconsideração, bem como das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

- CERTO
 ERRADO

3. 2024

Julgue o item a seguir, considerando as previsões do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

O servidor público é proibido de participar da administração de sociedade empresarial, personificada ou não personificada.

- CERTO
 ERRADO

4. 2024

Julgue o item a seguir, considerando as previsões do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

Opor resistência justificada ao andamento de documento constitui, em regra, falta funcional do servidor público.

- CERTO
 ERRADO

**1. (2024)**

Com relação ao Microsoft Excel, julgue o seguinte item.

Uma das limitações do Excel é que, por não ser um software científico, ele não permite gerar uma linha de tendência para uma série de dados de um gráfico, obtida por meio de regressão linear, exponencial ou média móvel. Em vez disso, o Excel permite apenas ligar os pontos do gráfico.

- CERTO
 ERRADO

2. (2024)

Com relação ao Microsoft Excel, julgue o seguinte item.

No Excel, é possível filtrar dados para representarem os resultados em uma tabela dinâmica; para tanto, usa-se a opção Inserir - Segmentação de Dados.

- CERTO
 ERRADO

3. (2024)

Julgue o próximo item, a respeito de MS Office, MS Word, MS Excel e MS PowerPoint.

No Excel, ao se salvar um arquivo com um novo nome, isso sobrescreverá automaticamente a versão antiga com o novo nome.

- CERTO
 ERRADO

4. (2024)

Julgue o próximo item, a respeito de MS Office, MS Word, MS Excel e MS PowerPoint.

No Excel, o sinal de cifrão (\$) é usado para formatar a célula como número do tipo moeda.

- CERTO
 ERRADO

5. (2024)

A respeito de programas e recursos da Microsoft, julgue o seguinte item.

No Microsoft Excel, a função PROCV permite procurar itens em uma tabela ou um intervalo por linha.

- CERTO
 ERRADO

**1. 2024**

Em relação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.

É direito dos trabalhadores a participação em órgãos públicos colegiados de natureza deliberativa para a defesa de seus interesses profissionais, ressalvadas as questões previdenciárias.

- () CERTO
() ERRADO

2. 2024

João nasceu em Atenas, Grécia, e é fruto do relacionamento entre Maria (brasileira) e John (estadunidense) e, desde 2022, passou a residir no Brasil, após ter adquirido uma propriedade particular no estado do Rio de Janeiro. Em 2023, ao completar 21 anos de idade, João optou pela nacionalidade brasileira.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

Caso João esteja em pleno exercício dos seus direitos políticos, realize o alistamento eleitoral, possua domicílio eleitoral na circunscrição e filiação partidária e não haja qualquer outra condição de inelegibilidade, ele poderá se candidatar a vereador ou prefeito de sua cidade nas eleições de 2024, porém não poderá se candidatar a governador de seu estado nas eleições de 2026.

- () CERTO
() ERRADO

3. 2024

No que concerne aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item subsequente.

No caso de delitos graves, a exemplo dos crimes hediondos e da lavagem de capitais, a propositura da ação penal é suficiente para tornar inelegível a pessoa acusada.

- () CERTO
() ERRADO

4. 2024

Julgue o item seguinte, de acordo com o entendimento do STF no que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, à organização político-administrativa, aos servidores públicos, aos direitos políticos e à segurança pública.

O cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado implica a perda dos direitos políticos, ficando o indivíduo impedido de alistar-se como eleitor ou eleger-se, já que a nacionalidade brasileira é pressuposto para o exercício de direitos políticos.

- () CERTO
() ERRADO

**1. (2024)**

Em casos de lesões graves sofridas por pacientes em hospitais públicos devido à negligência dos profissionais de saúde, o Estado pode ser responsabilizado civilmente, tendo o dever de garantir a segurança e a qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população.

- CERTO
 ERRADO

2. (2024)

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

Excepcionalmente, é possível a responsabilização civil do Estado em decorrência de atos lícitos.

- CERTO
 ERRADO

3. (2024)

À luz das disposições sobre a responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro, especialmente no que diz respeito a atos comissivos e omissivos da Administração Pública Federal, julgue o item seguinte.

A ação de regresso contra o agente público responsável pelo dano a terceiro será cabível se ficar demonstrado que ele agiu com dolo ou com culpa.

- CERTO
 ERRADO

4. (2024)

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte.

Tanto no caso de força maior quanto no de caso fortuito, a origem do evento excludente da responsabilidade do Estado pode decorrer de ato praticado pelo poder público.

- CERTO
 ERRADO

5. (2024)

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item que se segue.

Para a caracterização da responsabilidade por omissão estatal, é necessária a violação de um dever jurídico específico de agir do Estado.

- CERTO
 ERRADO